

Das políticas de ocupação a agroindustrialização: dinâmica migratória em Lucas do Rio Verde (MT)¹

From occupation policies to agro industrialisation: migratory dynamics in Lucas do Rio Verde (MT)

Kelly C. M. Camargo

Doutoranda em Demografia – Universidade Estadual de Campinas, Brasil

camargo.k@outlook.com

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as conexões entre migração e desenvolvimento econômico nos municípios criados no contexto das políticas de reocupação, realizadas entre as décadas de 1960 e 1980. Esses projetos tiveram como intuito incentivar a expansão da fronteira agrícola, e direcionar os fluxos migratórios para áreas consideradas demográfica e economicamente "vazias" nas Regiões Centro-Oeste e Norte do país. Para realizar a análise, empregou-se o estudo de caso do município de Lucas do Rio Verde, localizado no médio norte do Mato Grosso, em área de ecótono entre Cerrado e Floresta Amazônica. Lucas Rio Verde se originou de um Projeto Especial de Assentamento, e se tornou um importante produtor de grãos e alimentos agroindustriais. Através de análise descritiva dos dados socioeconômicos e demográficos das pesquisas de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível confirmar que a forma de ocupação planejada pelo governo federal não repercutiu na inclusão produtiva e nem na reprodução de condições socioeconômicas para fixação dos migrantes no espaço rural, de modo que o local de destino do migrante é, sobretudo, o núcleo urbano.

Palavras-chave: Migração; Projetos de Reocupação; Urbanização; Cerrado; Amazônia Legal.

Abstract

The objective of the article is to analyse the connections between migration and economic development in the municipalities created in the context of reoccupation policies, carried out between the 1960s and 1980s. These projects were intended to encourage the expansion of the agricultural frontier, and to direct migratory flows towards areas considered demographic and economically "empty" in the Midwest and North regions of the country. In order to carry out the analysis, a case study of the municipality of Lucas do Rio Verde, located in the middle north of Mato Grosso, in an ecotone area between Savana (Cerrado) and Amazon Forest, was used. Lucas Rio Verde originated from a Special Settlement Project and became an important producer of grains and agro-industrial foods. Through a descriptive analysis of the socioeconomic and demographic data of the researches under the responsibility of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), it was possible to confirm that the form of occupation planned by the federal government did not affect the productive inclusion nor the reproduction of socioeconomic conditions for fixing of migrants in rural areas, so that the migrant's destination is, above all, the urban nucleus.

Keywords: Migration; Reoccupation Projects; Urbanisation; Savana; Legal Amazon.

¹ Agradecemos à CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização da pesquisa que deu origem a esse artigo, como também agradecemos ao CNPq (Processo 140614/2018-4) pela bolsa de doutorado em vigor, que possibilita a continuação do trabalho. E agradecemos aos professores Antônio Ioris e Vitale Joanoni Neto que fizeram valiosos comentários aos primeiros esboços desse trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Sob o lema da integração regional, no século 20 a ocupação de áreas subpovoadas foi priorizada nos programas e planos de desenvolvimento nacional (JOANONI NETO, 2007). Assim, ainda que fossem a morada de povos e comunidades tradicionais², as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil eram percebidas como um espaço de “vazio” demográfico e econômico (Guimarães e Leme, 2002), sendo alvo de políticas de reocupação (JOANONI NETO, 2014), intensificadas nos governos oriundos da Ditadura Militar de 1964. Os programas tiveram como objetivo redirecionar os fluxos migratórios interestaduais para essas regiões, como também de integrá-las ao Sul e ao Sudeste do país -, espaços considerados economicamente mais desenvolvidos (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Localizado na região Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso era originalmente coberto pelos biomas Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica, e foi favorecido tanto por políticas destinadas à sua Grande Região³, quanto as destinadas aos biomas⁴. De modo que o Estado foi lugar de 60% de todos projetos de colonização lançados no Brasil, entre 1970 e 1980 (JOANONI NETO, 2007). Nesse contexto, o objetivo do artigo é analisar as conexões entre migração e desenvolvimento econômico nos municípios em que foram implementadas as políticas federais de reocupação. Para tanto, realizou-se o estudo de caso do município de Lucas do Rio Verde, criado a partir de um Projeto Especial de Assentamento, e atualmente importante produtor de grãos e alimentos agroindustriais.

A primeira parte do artigo discute brevemente o arcabouço teórico sobre migração, relacionando-o à fronteira agrícola e aos projetos de reocupação. A segunda parte contextualiza como esses projetos foram implementados no Centro-Oeste e Norte do país. E a terceira parte detalha a fundação de Lucas do Rio Verde enquanto projeto de colonização, e as características socioeconômicas e demográficas apresentadas entre 1991 e 2010. Destaca-se que foi aplicada a análise descritiva dos dados secundários, capturados pelos Censos Demográficos, Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal -, todos de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lucas do Rio Verde é exemplar para entender as repercussões dos projetos de colonização dos governos militares do período 1964-1985, pois mostra que a reocupação planejada pelo governo federal, para atender populações oriundas de áreas em conflitos por terra, não repercutiu na inclusão produtiva e nem na reprodução de condições econômicas e sociais para a fixação dos migrantes no

² Como propõe a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Decreto nº 10408 de 27/12/2004), este termo é utilizado para designar os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores artesanais, entre outros.

³ Como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE).

⁴ Como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

espaço rural. As características do perfil migratório e da inserção laboral dos migrantes em Lucas do Rio Verde são urbanas, mesmo nos anos subsequentes a fundação do município.

2. TEORIAS DA MIGRAÇÃO E A FRONTEIRA

Como propõe Massey (1990), existem várias divergências entre os estudiosos sobre como a migração deve ser analisada. Por exemplo, não há acordo sobre se a migração é melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou individual, e nem qual é a melhor escala para a investigação (que pode ser o indivíduo, o domicílio, ou região geográfica). Outro impasse é se deve ser realizado o estudo das causas ou dos efeitos de migrar.

A abordagem neoclássica microeconômica propõe que os indivíduos são seres racionais, capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e realizar cálculos para escolher, dentre as possíveis alternativas, aquelas que visam maximizar seus lucros (TODARO, 1969; MASSEY, 1990). Mas, para a teoria macroeconômica, o fenômeno da redistribuição espacial da população não poderia ser entendido por uma pessoa isolada que migra, uma vez que existem várias pessoas que se deslocam do ponto A ao ponto B, formando fluxos migratórios, sendo possível encontrar valores e normas similares entre os indivíduos (CASTLES; MILLER, 1998). Tanto que uma das primeiras contribuições a área de estudo, realizada por Ravenstein (1885), entende que as migrações não são um evento aleatório, elas têm regularidade empírica, e estão relacionadas às perspectivas de desenvolvimento econômico das localidades.

Nesse sentido, a teoria histórico-estruturalista (GERMANI, 1974; SINGER, 1972) examina as relações entre os vários elementos dentro de um sistema, e para um de seus principais autores no Brasil, Singer (1972), as migrações são condicionadas historicamente. Entende-se que as trajetórias migratórias são alimentadas pelos desequilíbrios regionais e sociais que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, servindo como mecanismo de transferência do “superávit demográfico” de uma determinada região, onde sua economia estagnada é incapaz de absorvê-lo, para outra, onde a economia está dinâmica.

Para Singer (1972), que se refere às relações urbano-rural, durante a segunda metade do século 20, haveria uma combinação de fatores de expulsão e atração para a formação de fluxos populacionais. Os fatores de expulsão de migrantes podem ser de dois tipos: fatores de mudança e de estagnação. Os fatores de mudança resultariam da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, o que levaria ao desemprego estrutural. E os fatores de estagnação resultariam da incapacidade dos agricultores de aumentar a produtividade da terra e se adaptar aos novos padrões de produção exigidos. Já o principal fator de atração de migrantes seria a demanda por mão-de-obra nas cidades, de forma que a motivação básica para a migração seria a busca por oportunidades

econômicas, especialmente a disponibilidade de terras e a possibilidade de melhores salários (SINGER, 1972).

Nota-se que, particularmente entre as décadas de 1960 e 1980, a organização da população sobre o espaço nacional ocorreu em duas dimensões aparentemente contraditórias: a concentração da população em localidades economicamente dinâmicas e densamente povoadas, junto da internalização pela ocupação de novas fronteiras agrícolas (MARTINE; GARCIA, 1987). Com o esgotamento de terras disponíveis para a agropecuária nas regiões Sul e Sudeste do país, mas com a necessidade de aumento da produtividade agrícola, o governo investiu nas políticas de colonização, durante os anos 1960 e 1980, a fim de incentivar a expansão da fronteira agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (MARTINE; GARCIA, 1987). O intuito era expandir a produção agrícola, bem como reduzir as tensões sociais geradas pela combinação de estagnação econômica, crescimento populacional e dificuldade de mobilidade social nas áreas de ocupação mais antigas (MARTINE, 1992).

Portanto, nota-se que os movimentos migratórios exerceram papel fundamental para a consolidação da fronteira. Em termos metodológicos, para o entendimento da dinâmica migratória em áreas de fronteira agrícola, deve-se atentar para a dinâmica dos ciclos de vida do indivíduo e do domicílio, mas também para a diversidade de fatores contextuais, como os relacionados a mudanças de agenda política (BARBIERI, 2007). Como propõe Barbieri (2007), esses fatores afetam a mobilidade das gerações iniciais e posteriores de colonos, e também afetam as percepções sobre oportunidades existentes naquelas terras por outros migrantes em potencial, de modo que deve ser analisado não apenas o perfil dos fluxos populacionais iniciais, mas também das gerações subsequentes (BARBIERI, 2007).

3. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO: DE PROJETOS DE COLONIAÇÃO A NOVOS MUNICÍPIOS

O modelo de desenvolvimento instaurado nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, é analisado de maneira integrada neste trabalho, dado as conexões histórico-sociais estabelecidas entre as regiões, como, por exemplo, o desmembramento do Estado de Rondônia⁵ do Estado de Mato Grosso em 1943; a integração do Mato Grosso à área denominada de Amazônia Legal em 1953⁶ (GALVÃO, 2013); e o desmembramento do Estado de Tocantins de Goiás em 1988⁷.

⁵ Denominado de Território Federal do Guaporé, Rondônia foi desmembrada do Estado do Amazonas e do Estado do Mato Grosso em 1943, pelo Decreto-lei nº 5812/43. A Lei Ordinária nº 2731, de 1956, muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

⁶ A Lei 1.806, de 1953, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, definindo que esta área seria chamada de Amazônia Legal. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Em efeito, desde o Período Colonial, quando a preocupação governamental era a manutenção de um vasto território, as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil foram inseridas em grande parte das políticas que incidiam sobre espaços brasileiros que deveriam ser “ocupados” (SOUZA, 2012). Mas ainda que as políticas de reocupação não fossem uma novidade nestas áreas, foi nos governos oriundos do Golpe Militar de 1964 que elas se intensificaram. Os militares consideravam uma ameaça à soberania nacional a existência de “vazios” no meio da nação, principalmente por serem áreas bem dotadas de recursos naturais (com solos férteis, e disponibilidade de recursos minerais e florestais) (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Então, uma série de medidas foram empregadas para expandir a fronteira agrícola nas localidades, demonstrando que o movimento não ocorreu de maneira espontânea (ROCHA, 2010). Sendo que as ações desconsideraram os povos e comunidades tradicionais que ali habitavam, pois embora apresentassem baixas densidades demográficas⁸, as regiões Centro-Oeste e Norte estavam compostas por um mosaico cultural de identidades, como indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, seringueiros, pescadores artesanais e ribeirinhos (MARTINS, 1997). Inclusive, Joanoni Neto (2014), reconhecendo a presença e a resistência desses povos, propõe que não se intitule essas políticas como de ocupação, mas que seja utilizado o termo reocupação.

Os planos realizados sob o lema da integração nacional, tinham o intuito de adicionar novas áreas ao capital, implementar a modernização agrícola, ampliar infraestruturas e construir assentamentos de colonos (GUIMARÃES; NETO, 2002). A maioria das ações se inseria em contextos abrangentes, como o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, e estavam sob a responsabilidade de organismos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Dentre os programas destaca-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) (GUIMARÃES; LEME, 2002).

E no que se refere os projetos que diretamente promoviam à reocupação, os mesmos estavam associados ao Plano Nacional de Integração (PIN), que promovia a construção de rodovias, sobretudo, a Transamazônica e a BR-163 (que ligaria Cuiabá à Santarém), por meio das quais se previa a imigração de contingentes populacionais para serem assentados ao longo das estradas (ZART, 1998). O PIN se articulava com o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

(SUDAM). Sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, e é de responsabilidade da nova versão da SUDAM, autarquia federal criada pela Lei Complementar nº124, de 2007.

⁷ Em 1988, o norte do estado de Goiás foi emancipado, passando a se chamar Tocantins, com sua instalação definitiva ocorrendo em 1º de janeiro de 1989. E sendo inserido na Região Norte do Brasil, uma vez que, enquanto pertencia à Goiás, era parte da Região Centro-Oeste.

⁸ Em 1960, a densidade populacional do Centro-Oeste era de 1,67 habitantes/km² e do Norte era 0,76 hab./km² (IBGE, Censo Demográfico 1960).

Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o qual se assentava sob a proposta “terras sem homens para homens sem terra” (ROCHA, 2010).

Concomitantemente, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passou a ser o responsável pelas terras devolutas, promovendo a distribuição de terras para colonização oficial e particular. Segundo Rocha (2010), o INCRA formulou um programa intitulado de Modalidades de Colonização Oficial, através do qual descreve que as áreas de atenção seriam áreas pertencentes à Amazônia Legal, e também discriminando as características de dez tipos de organização espacial e burocrática dos assentamentos, das quais se destaca três:

- a) Projetos de Assentamento Rápido - Criado para regularização de glebas rurais sob o domínio do governo federal. O INCRA demarcava e titulava as terras, mas não ficava responsável pela infraestrutura, que em alguns casos existia antes da implementação do projeto.
- b) Projeto Especial de Assentamento – Deveriam atender populações oriundas de áreas em conflitos por terra. A responsabilidade desde a demarcação de terras e transferência das famílias, até a implementação de infraestrutura, era do INCRA.
- c) Projetos de Assentamento Particular - A empresa colonizadora deveria se cadastrar junto ao INCRA e ter seu projeto aprovado antes de iniciá-lo. Era obrigação da empresa abrir estradas de acesso, demarcar lotes, construir a infraestrutura necessária e dar assistência técnica e crédito aos colonos.

Segundo o INCRA (2001), foram beneficiadas no país em torno de 39.948 famílias em projetos de colonização. Note que o Mato Grosso se inseriu em inúmeros planos implementados durante o governo militar, uma vez que era beneficiado pelas ações circunscritas à região Centro-Oeste, como também por aquelas destinadas aos biomas aos quais era originalmente ocupado (Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica) (GALVÃO, 2013). Inclusive, o Mato Grosso, nesse momento, era considerado como um “portão da Amazônia”. Por isso, entre 1970 e 1981, dos 125 projetos autorizados a funcionar, 75 estavam localizados no Mato Grosso. E das 101 empresas de colonização que inicialmente estavam autorizadas a funcionar, 42% estavam operando no Estado (ALVES; JOANONI NETO, 2010).

Alves e Joaroni Neto (2010) chamam atenção para o papel das rodovias nesse contexto, principalmente a BR-163, BR-158, BR-364/174, que para os autores corresponderam a “verdadeiros corredores norteadores da migração” (ALVES; JOANONI NETO, 2010, p. 16). Tanto que “entre 1977 e 1985, 200 mil pessoas se instalaram ao longo do eixo da BR-163” (ALVES; JOANONI NETO, 2010, p. 20). Mas os projetos não pressupunham a migração de qualquer indivíduo, as

políticas de colonização da fronteira Amazônica incentivaram a migração de indivíduos com características desejadas: um migrante interessado em transformar os vazios em um espaço para desenvolvimento do capital (GUIMARÃES; LEME, 2002). Esse migrante foi, principalmente, o sulista⁹ (Rocha, 2010). Os pequenos proprietários do Sul do país se encontravam em uma situação de empobrecimento que se intensificava devido ao avanço da mecanização do campo, sendo incentivados a migrar para os projetos de colonização pelas empresas colonizadoras e cooperativas operando no Mato Grosso, mas que eram também oriundas do Sul (ROCHA, 2010).

Outra questão é que desde o princípio da ocupação da fronteira amazônica a sua urbanização foi prevista (BECKER, 1985). Desse modo, os núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização caracterizam a fase urbanizada da fronteira¹⁰ (DINIZ, 2002), em que até o Estatuto da Terra de 1964¹¹ incentivava os colonos a trabalharem no rural, mas residirem no núcleo urbano (ROCHA, 2010). Segundo Rego (2015), a localização dos projetos obedecia a uma hierarquização urbana baseada no planejamento integrado de áreas urbanas e rurais, e os assentamentos foram classificados em agropólis, agrovilas ou rurapólis:

A agrovila estava prevista para ser um centro urbano de menor escala, contando com uma população entre 500 e 1500 habitantes. Deveria constituir junto a área rural uma comunidade urbana que contasse com ensino primário, serviço básico de saúde, pequenos comércios e habitações (REGO, 2015). A agrópolis, estava projetada para conter uma população entre 1500 e 3000 habitantes, devendo ter influência sob 8 a 12 agrovilas. Além da estrutura básica de uma agrovila, também teria ensino secundário, comércio mais diversificado, pequenas agroindústrias, etc. (REGO, 2015). A rurapólis, por sua vez, deveria ser um pequeno polo de desenvolvimento, com aproximadamente 20 mil habitantes: “a rurópolis acumulava mais funções e mais equipamentos urbanos, sempre respeitando a ideia de dar suporte à atividade rural e aos núcleos urbanos satélites” (REGO, 2015, p. 89).

Assim, Becker (1985) verifica na fronteira a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento populacional das cidades que já existiam, até o aumento no número de cidades. Uma vez que muitos dos assentamentos dos projetos de colonização se expandiram a ponto de se tornarem novos municípios: nota-se que, em 1970, o Estado do Mato Grosso apresentava apenas 34

⁹ No PROTERRA os nordestinos eram o público alvo, e a seca, junto de solo desgastados e concentrados nas mãos de latifundiários, estimularam a migração de muitos deles para o Norte do país. Esses migrantes trabalharam, sobretudo, na construção da transamazônica (Rocha, 2010).

¹⁰ As teorias sobre a evolução das fronteiras concebem o desenvolvimento das regiões a partir de um conjunto de fases hierárquicas: pioneira, transitória, consolidada e urbanizada (Diniz, 2002).

¹¹ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504. Acesso em 15 de maio de 2020.

municípios e uma população de em torno de 612 mil habitantes, elevando estes números para 95 municípios e mais de 2 milhões habitantes¹² em 1991 (IBGE, Censos Demográficos 1970, 1991).

O próximo tópico especifica como os projetos de colonização foram desenvolvidos no Mato Grosso através do caso de Lucas do Rio Verde, um dos 4 projetos oficiais¹³ de assentamento do Estado.

4. POLÍTICAS DE COLONIAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O CASO DE LUCAS DO RIO VERDE

O município de Lucas do Rio Verde está localizado no estado do Mato Grosso, em uma área de écotono da Floresta Amazônica e Cerrado, ao longo da rodovia BR 163 (Figura 1).

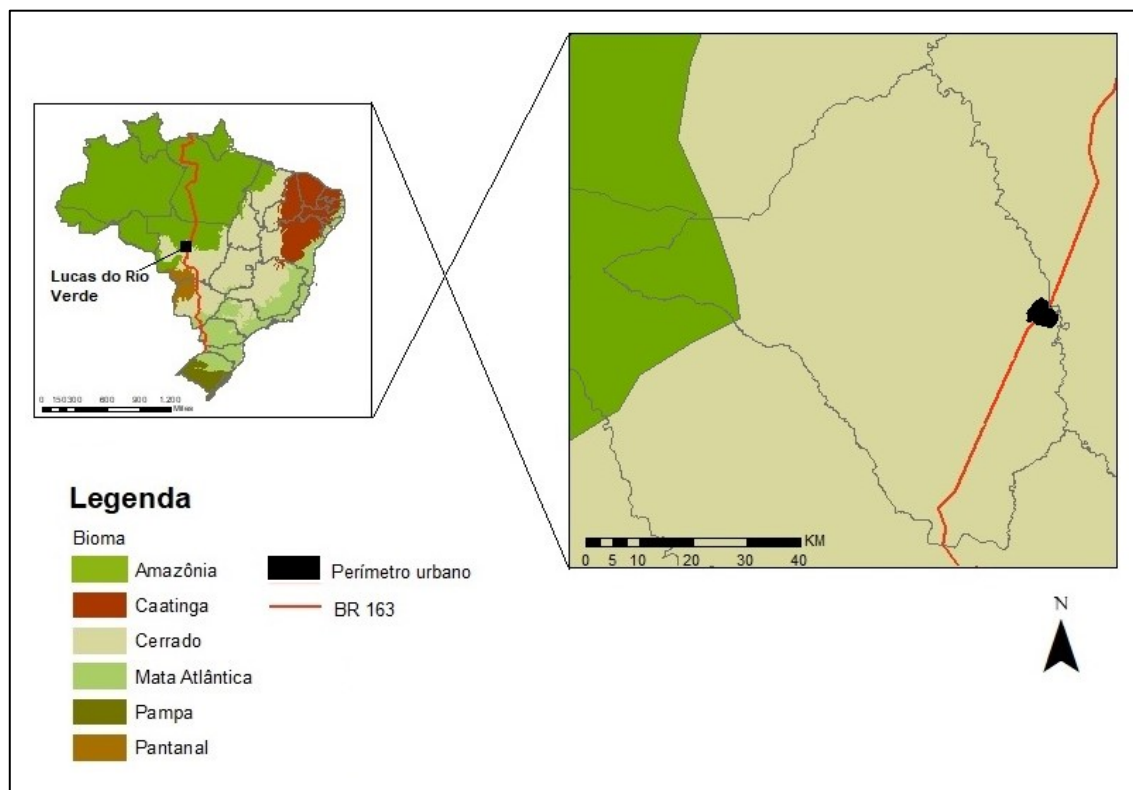


Figura 1 - Localização do município de Lucas do Rio e distribuição dos biomas.

Fonte: IBGE (Malhas digitais, 2015). Elaboração própria.

A criação do município se relaciona à abertura da rodovia federal BR-163, quando foi montado acampamento de obras do 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BEC), em área localizada no território que pertencia ao município de Diamantino (ZART, 1998). A gleba Lucas do Rio Verde foi criada em 1976 pela coordenadoria do INCRA, abrangendo um perímetro de mais de 270 mil hectares; inclusive, estendia-se por 65 mil hectares onde já havia posseiros instalados

¹² Em 1970, o Mato Grosso apresentava Grau de Urbanização de 39%, em 1991 aumentou para 73% (IBGE, Censos Demográficos 1970 e 1991).

¹³ A denominação de “Projeto Oficial” é utilizada em oposição aos “Projetos Particulares”.

(Dluzniewski, 2006). E em 1981, a gleba se converteu no único Projeto Especial de Assentamento do Mato Grosso (ROCHA, 2010).

O intuito era diminuir tensões sociais ao assentar cerca de 900 famílias oriundas da Encruzilhada Natalino, localizada no município de Ronda Alta (Rio Grande do Sul), e a qual consistia em um campo do Movimento dos Sem Terra (MST) que exigia Reforma Agrária (ZART, 1998). Mas ao todo o governo federal instalou apenas 203 famílias¹⁴ vindas de Ronda Alta, e regularizou as terras dos 85 posseiros e 17 colonos que já se encontravam instalados na região (CARPENEDO, 2018). Também vieram residir na gleba cerca de 50 famílias oriundas de São Paulo, que eram associadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, de modo que inicialmente estas famílias ficaram à frente da criação da Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde Ltda (a Cooperlucas) (ZART, 1998).

De acordo com Zart (1998), as políticas que incentivavam a ocupação dessas terras associavam a cor dourada das plantações de soja ao mineral ouro, sugerindo que o investimento em grãos significava uma riqueza rápida e fácil. Por esse motivo, os agricultores da região Sul e Sudeste do país já partiram para a fronteira com o intuito de plantar soja. Como propôs Martins (1985), a migração para os projetos de colonização estava muito associada a falta de perspectivas no local de origem:

Partiram porque tinham necessidade da terra para trabalhar e para deixar aos filhos, supondo que no Sul a terra era pouca e a propriedade fundiária concentrada pelos empresários rurais. Partiram porque no Sul não havia mais condições de ganhar a vida, e viviam em um estado de pobreza. Partiram, enfim, porque acreditavam nas promessas que lhes foram feitas (MARTINS, 1985, p. 179).

Mas ressalta-se que, apesar desses grupos terem recebido lotes, a maioria demorou para ter a titulação da terra, sem a qual era impossível conseguir o apoio financeiro prometido pelas políticas estatais. Sendo apenas em 1986 que os primeiros 188 títulos de propriedade foram entregues (CARPENEDO, 2018). Ademais, a infraestrutura básica que era de responsabilidade do INCRA, também demorou para ser implementada, e nem foi realizada em sua totalidade (Rocha, 2010). Tampouco a Prefeitura de Diamantino prestava qualquer assistência à gleba. A maior parte da assistência, em termos sociais e de construção de infraestrutura, foi realizada pelos próprios residentes que se organizaram em associações (CARPENEDO, 2018).

Deste modo, após alguns anos de fracassos nas safras, grande parte dos assentados - sem conhecimento tecnológicos para o manejo de máquinas e insumos, e sem conhecimento sobre cultivo nessas terras¹⁵ - não conseguiu saldar os financiamentos bancários, e nem arcar com o

¹⁴ Persistiu por muitos anos a divisão da sociedade luverdense em parceiros, posseiros e cooperativados, em razão de questões ideológicas e políticas (Rocha, 2010).

¹⁵ Diferente dos pampas ao que estavam acostumados, essas eram um misto de Floresta Amazônica e de Cerrado.

necessário para investir em mais um ano. Por isso, segundo Rocha (2010), os pequenos produtores acabaram dando suas terras para pagamento de dívidas, ou ainda trocando-as por passagens de retorno para o sul. Das 203 famílias sulistas que vieram de Ronda Alta, apenas 18 persistiram em seus lotes (ROCHA, 2010).

Situação que exemplifica a proposta de Moran et al (2005), de que os migrantes que não possuíam propriedades particulares na terra de origem eram os mais dependentes das instituições governamentais e, por isso, também acabavam sendo os primeiros a sofrer a pressão para abandonar o lote. Esse contexto também abriu espaço para a especulação do preço das terras e irregularidades na venda das mesmas: “venda destas terras era ilegal sob o ponto de vista jurídico já que pela legislação deveria ser respeitada a carência de cinco anos, período no qual a parcela não poderia ser negociada” (ROCHA, 2008, p. 9).

A partir de então, Segundo Rocha (2010), novos migrantes teriam concessão de lotes através das políticas estatais apenas se pudessem investir ao menos 20% do necessário com recursos próprios, e o restante seria provido por financiamento. Os novos migrantes também só poderiam receber as terras se tivessem conhecimento ou interesse em investir em tecnologia. Com isso, nota-se seletividade migratória relacionada aos critérios para a concessão de lotes, o que também torna perceptível o processo de concentração fundiária que foi se desenvolvendo no município, como confirma o indicador da Tabela 1.

Note que, de 1995 para 2017¹⁶, há diminuição na quantidade de estabelecimentos existentes em Lucas do Rio Verde, especialmente daqueles que são utilizados para lavoura temporária, o que é compensado pelo aumento da área dos mesmos. Ao desagregarmos a categoria “maior quem 1000 hectares”, tem-se que o número de estabelecimento entre 2,5 mil e 10 mil passa de 3 para 20, e de mais de 10 mil hectares cresce de 2 para 5. Chama especial atenção o decréscimo do número de lavouras temporárias que estão em estabelecimentos entre 100 e 500 hectares, faixa na qual se enquadra os lotes recebidos pelos colonos no surgimento do assentamento¹⁷, que diminui de 190 para 74. Todavia, uma questão não alterou: mais de 90% dos estabelecimentos eram e continuam sendo destinados à pecuária e lavoura temporária, tanto em 1996, quanto em 2017.

Ademais, nota-se que desde o início do assentamento as premissas da modernização agrícola já estavam presentes em Lucas do Rio Verde, de modo que a agricultura se originou fazendo uso da tecnologia. Segundo propõe Becker (1985), a partir da década de 1970 a fronteira começou a se ajustar ao mercado globalizado, com seu método de expansão que é, acima de tudo, baseado na inovação científica. A introdução da tecnologia transforma o modelo de ocupação, e reverbera naquilo que Martine (1991) chama de “modernização conservadora”, consistindo na

¹⁶ Selecionou-se o primeiro Censo Agropecuário com dados para Lucas do Rio Verde (1995) e o Censo Agropecuário mais recente (2017).

¹⁷ Os lotes tinham entre 200 e 250 hectares (Rocha, 2010).

“valorização da agricultura corporativa, através da consolidação do direito inalienável da propriedade privada e da crescente integração do capital financeiro, comercial, industrial e agrícola” (MARTINE, 1991, p. 01).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários de lavoura temporária e pecuária por área total, em 1995 e 2017.

Tamanho (hectares)	1995			2017		
	Lavoura temporária	Pecuária	Total	Lavoura temporária	Pecuária	Total
Até 1	0	0	1	0	0	1
1 – 5	1	18	21	8	9	29
5 – 10	0	16	22	3	9	17
10 – 50	6	19	28	6	21	30
50 – 100	11	10	23	4	6	10
100 – 500	190	33	241	74	20	96
500 – 1000	72	4	76	54	4	58
Maior que 1000	45	6	56	76	2	79
Total	325	106	468	220	72	321

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 1995, 2017).

Em Lucas do Rio Verde a implantação do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em 1985, foi determinante para o rápido desenvolvimento da produção agrícola, pois o convênio firmado entre Brasil e Japão financiou pesquisas que demonstraram como realizar melhor aproveitamento do solo da região para a produção de grãos (Rocha, 2010). Tanto que, em 1989, um ano após Lucas do Rio Verde ter sua emancipação político administrativa, tornando-se um município, a produção de soja já era superior a 144 mil toneladas, e a de milho a 7 mil toneladas.

A Figura 2 demonstra que a produção das duas culturas continua a crescer no período, e que não houve diminuição da quantidade produzida. Observa-se ainda que a quantidade de milho excede a quantidade de soja em 2012. Em 2018, o município produziu mais de 850 mil toneladas de milho e mais de 770 mil toneladas de soja.

Assim, logo se tornou possível a verticalização produtiva. O primeiro passo aconteceu em 1990, com a fundação da Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense Ltda - Cooagril, criada para fomentar a produção de aves e suínos, o que motivou um grupo de produtores rurais a idealizarem também um projeto de agroindustrialização (CARPENEDO, 2018). Em 2004 é formada a Empresa Mato-grossense de Alimentos (Ema Alimentos), a qual atraiu as atenções da Sadia (CARPENEDO, 2018).

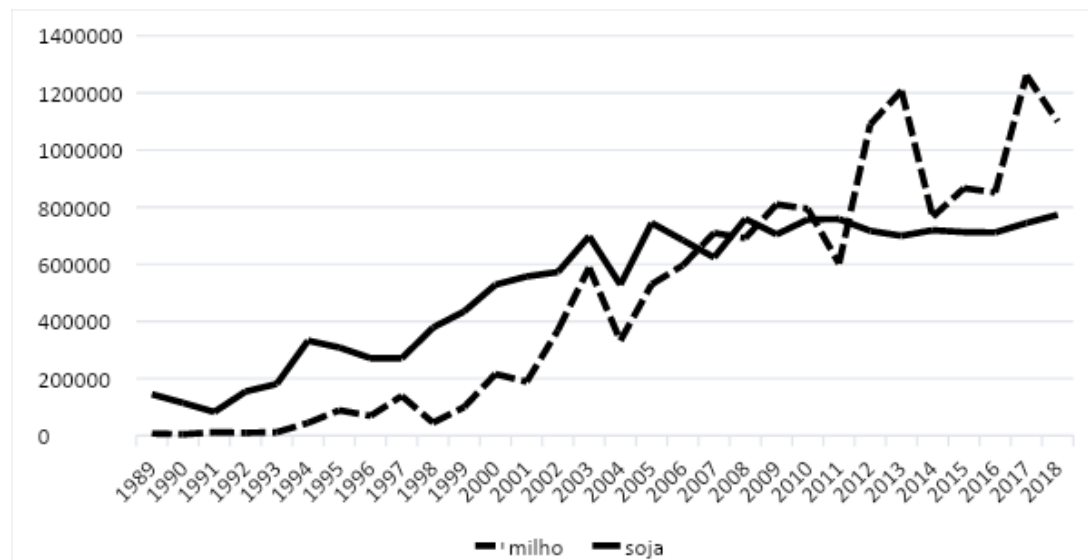


Figura 2 - Quantidade produzida (toneladas) de milho e soja em Lucas do Rio Verde, entre 1989 e 2018.

Fonte: IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal, 1989 a 2018).

Nota: 1989 é o ano em que se inicia a série histórica para Lucas do Rio Verde.

No início de 2006 a Sadia comprou o projeto da Ema e todo o estoque e infraestrutura de criação de suínos da Cooagril. A negociação compreendia as granjas da cooperativa em Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde (CARPENEDO, 2018). A infraestrutura foi necessária para que a empresa pudesse pular etapas integrando o controle sobre a criação de suínos e eliminando a concorrência na região (VOLOCHKO, 2013). Destaca-se que, em 2009, as marcas Sadia e Perdígão foram fundidas, dando origem ao Complexo Agroindustrial BRF S.A., que está atuando em mais de 130 países¹⁸.

Como mostra a Tabela 2, a produção de aves e suínos apresenta crescimento constante na década de 1990, mas é na década de 2000 que a velocidade da mesma se intensifica. O número de cabeças de aves cresceu a uma taxa superior a 47% ao ano entre 2000 e 2010, passando de em torno de 70 mil unidades para quase 3,4 milhões. E, apesar da diminuição da intensidade, na década de 2010, o número continua expandindo: em 2018, mais de 7,9 milhões de aves são criadas para abate em Lucas do Rio Verde. O número de suínos também aumentou exponencialmente, pois, em 1990, produzia-se em torno de 2,3 mil cabeças e, em 2018, chegou a quase 149 mil.

Com a associação das cadeias de grãos e carne, os grãos se tornaram ração para os animais -, o que explica o aumento da produção de milho ainda mais acentuado do que a produção de soja, já que o milho é o principal insumo da ração de aves. Nota-se também que a instalação da BRF desencadeou o processo de agroindustrialização no município, pois, em 2006, o Gupo Amaggi anunciou a instalação de uma planta agroindustrial em Lucas, promovendo a transformação de

¹⁸ Disponível em: <https://www.brf-global.com/>. Acesso em 15 de maio de 2020.

grãos em insumos e biocombustíveis (CARPENEDO, 2018). Outra empresa que abriu filial em Lucas do Rio Verde foi a dinamarquesa Dânica Termoindustrial Brasil Ltda., que trabalha com materiais termoisolantes (CARPENEDO, 2018). Ademais, em 2008, a Fiagril entrou em operação operando uma fábrica de biodiesel (CAMARGO, 2017).

Tabela 2 - Número de unidades de porcos e aves entre 1990 e 2018 por localização.

Localidade	1990		2000	
	Suínos	Aves	Suínos	Aves
Lucas do Rio Verde	2.392	5.983	30.861	70.863
Mato Grosso	1.034.107	6.675.189	834.084	15.946.930
Localidade	2010		2018	
	Suínos	Aves	Suínos	Aves
Lucas do Rio Verde	132.801	3.405.224	148.284	7.910.354
Mato Grosso	2.109.979	41.021.664	2.945.416	60.394.411

Fonte: IBGE (Pesquisa Municipal de Pecuária, 1990 a 2018).

De fato, notou-se que as mudanças na estrutura produtiva afetaram o mercado fundiário e a dinâmica da população rural. Na próxima seção é possível observar que tais alterações também tiveram implicações importantes para a população urbana.

4.1. Características da migração em Lucas do Rio Verde

O núcleo urbano do município de Lucas do Rio Verde surgiu enquanto agrovila em 5 de agosto de 1982. Nessa época a área rural era mais povoada do que a estrutura urbana que se formava, sendo que a última deveria ter em torno de 800 moradores (CARPENEDO, 2018). Uma realidade que se manteve até o início de 1986, quando havia cerca de 5.500 habitantes em Lucas do Rio Verde, dos quais aproximadamente 2.400 residiam na agrovila (CARPENEDO, 2018).

Mas logo esse cenário começa a mudar com a evasão dos assentados no meio rural, ao mesmo tempo em que se observa a chegada de constante fluxo migratório na agrovila (CARPENEDO, 2018). Como mostra Tabela 3¹⁹, há intenso crescimento populacional no município durante as últimas décadas, sendo perceptível que esse crescimento se concentra na área urbana: entre 1991 e 2000, o crescimento da população urbana foi de 15,7% ao ano e, entre 2000 e 2010, foi

¹⁹ Lucas do Rio Verde foi emancipado em 1988, por isso, seu primeiro dado censitário é o do Censo Demográfico de 1991, de modo que se utiliza os Censos Demográficos existentes até o presente momento e que contemplam a área (1991, 2000 e 2010).

de 10,1% ao ano. Em contraposição, o contingente rural, entre 2000 e 2010, mostra até mesmo crescimento negativo (-0,22%), o que representa a diminuição da população.

Tabela 3 - População residente e crescimento anual da população por local de residência em 1991, 2000 e 2010.

Total					
Localidade	1991	%	2000	%	2010
Lucas do Rio Verde	6.693		19.316		45.556
		12,5		9,0	
Mato Grosso	2.027.231		2.505.245		3.035.122
		2,4		1,9	
Urbano					
Localidade	1991	%	2000	%	2010
Lucas do Rio Verde	4.332		16.145		42.455
		15,7		10,2	
Mato Grosso	1.485.110		1.988.183		2.483.055
		3,3		2,2	
Rural					
Localidade	1991	%	2000	%	2010
Lucas do Rio Verde	2.361		3.171		3.101
		3,0		-0,2	
Mato Grosso	542.121		517.061		552.067
		-0,5		0,7	

Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010).

Observa-se que o maior aumento populacional no município, em números absolutos, ocorreu entre 2000 e 2010, quando a população cresceu em 26.240 habitantes. De acordo com o critério de data fixa²⁰, entre 2005 e 2010, o município recebeu 19.318 imigrantes. Portanto, embora o município mostre maior aumento da população em termos percentuais entre 1991 e 2000 (12,5%), em termos absolutos recebeu 6.946 imigrantes.

²⁰ É considerado migrante um cidadão que não residia na cidade cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico. Isto é, considerado migrante no censo de 1991 que não morava em Lucas do Rio Verde em 1986. É considerado migrante no censo de 2000 quem não morava no município em 1995 e é considerado migrante em 2010, quem não morava em Lucas em 2005.

Ainda é possível afirmar que não apenas os fluxos migratórios se intensificaram entre 1991 e 2010, mas também ocorreu mudanças no perfil dos migrantes. E para analisa-las construímos na Figura 3 a pirâmide etária para migrantes e não migrantes em 1991, 2000 e 2010. Na pirâmide etária, consta a distribuição da população em grupos quinquenais, em que no lado direito há a distribuição de mulheres e no lado esquerdo dos homens. Ao utilizar o critério data-fixa para a caracterização do migrante, optou-se por selecionar indivíduos com 5 anos ou mais, a fim de excluir os efeitos indiretos da migração (as crianças nascidas nos últimos 5 anos de pais migrantes).

Em 1991, observa-se que, tanto a pirâmide de não migrantes, quanto a de migrantes, há concentração nas idades de 20 a 30 anos, e também para crianças entre 5 a 14 anos, com maior proporção de meninos. Essa é uma situação comum na fronteira, em que em um primeiro momento, o homem se desloca sozinho ou com a companhia dos filhos mais velhos. E após o estágio inicial de adaptação desses indivíduos, o restante da família²¹ tende migrar para encontrá-los (DINIZ, 2002).

Note também que praticamente não existe idosos nas pirâmides, uma vez que pela falta de infraestrutura, e por essa migração estar relacionada ao trabalho rural, é difícil encontrar idosos em áreas de fronteira, inclusive na fronteira urbanizada (DINIZ, 2002). Por conseguinte, é perceptível que as duas pirâmides são similares, afinal, mesmo aqueles que não são considerados migrantes pelo quesito data-fixa, são, sobretudo, os migrantes dos primeiros anos da fundação da Gleba Lucas do Rio Verde, e que conseguiram permanecer na localidade.

Em 2000, é possível notar seletividade migratória por idade e sexo, em que há maior proporção de adultos entre 20 a 34 anos, principalmente homens. Entre os não migrantes, há uma concentração de adolescentes entre 15 e 19 anos, de mulheres entre 30 e 39 anos e de homens entre 30 e 44 anos. Ou seja, é perceptível o envelhecimento da população evidenciada na pirâmide anterior.

Em 2010, a estrutura etária dos migrantes é ainda mais assimétrica do que a anterior, identificando uma clara seleção por idade e sexo, com concentração populacional nas faixas etárias de 20 a 24 e 25 a 29 anos, sobretudo, para homens. E na população dos não migrantes, o envelhecimento também se torna mais perceptível, pois há proporção relativa maior de pessoas com mais de 54 anos. E nota-se ainda que a proporção relativa de crianças diminuiu -, um fenômeno relacionado aos efeitos da transição demográfica²² vivenciada pelo Brasil como um todo.

²¹ No Brasil existe diversas configurações de arranjos familiares, e neste caso específico consideramos a família nuclear composta por homem, mulher e filhos(as).

²² O fenômeno compreende a transição de uma sociedade rural e tradicional com altas taxas de natalidade e mortalidade para uma sociedade urbana e moderna com baixas taxas de natalidade e mortalidade (Brito, 2008). Sobre os diferenciais nos aspectos de transição nas regiões brasileiras entre 2000 e 2010, ver Carmo e Camargo (2018).

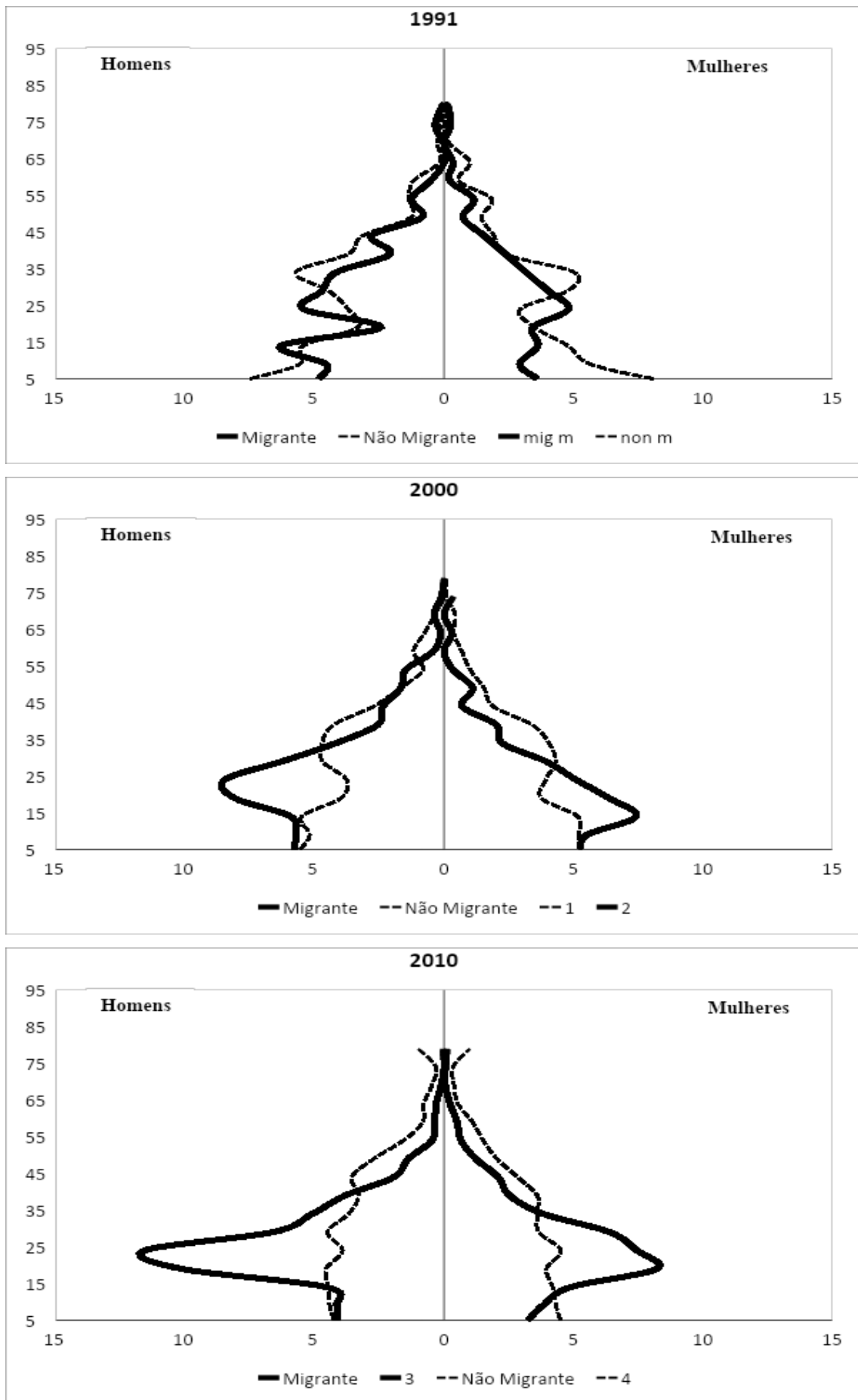


Figura 3 - Pirâmides etárias de migrantes e não migrantes de Lucas do Rio Verde, em 1991, 2000 e 2010. Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Elaboração própria.

A Figura 4 apresenta a razão de sexo entre os migrantes, não migrantes e na população total. A Razão de Sexo indica a quantidade de homens para cada 100 mulheres, e na mesma direção do apresentado pelas pirâmides etárias, esse indicador mostra que há mais homens do que mulheres nos três períodos, tanto para migrantes, quanto para não migrantes. Contudo, nota-se como essa proporção vai aumentando no grupo dos migrantes ao longo do tempo, ao passar de 111 homens para cada 100 mulheres em 1991, para 120 homens para cada 100 mulheres em 2010.

Destaca-se que o menor resultado para o indicador é o de 1991, o que corrobora a proposta de que nesse período a migração era composta, principalmente, por famílias nucleares. E enquanto a migração individual se torna mais pronunciada nos anos recentes, também se acentua a “masculinização” do perfil migratório, uma vez que o agronegócio e a agroindústria, fundamento da economia luverdense, continuam sendo setores em que, de uma forma geral, a maior parte da oferta de empregos é ocupada por mão-de-obra masculina (CAMPOS, 2009).

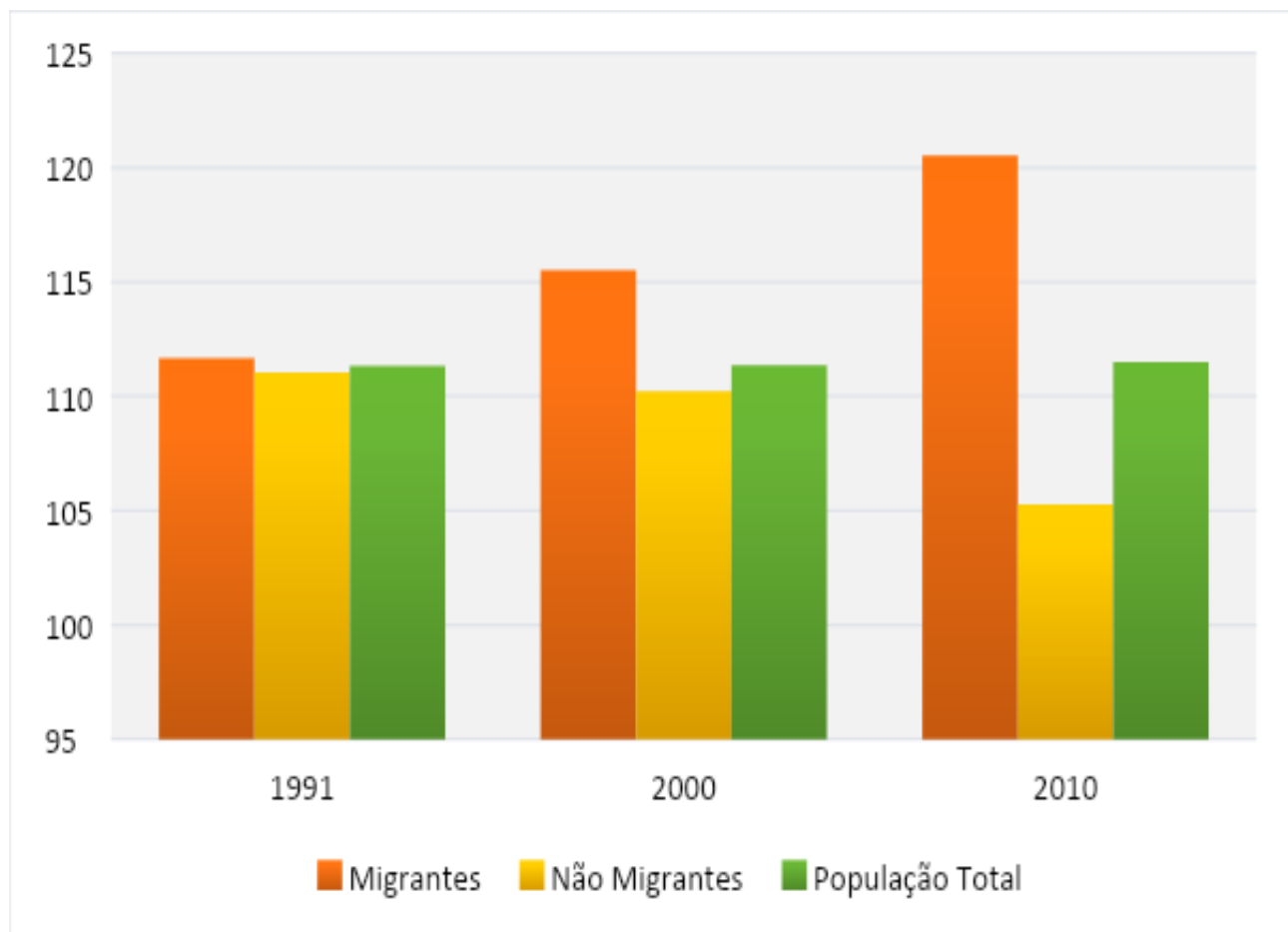


Figura 4 – Razão de sexo, por grupo populacional, em Lucas do Rio Verde, em 1991, 2000 e 2010
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010). Elaboração própria.

A partir do que propõe Campos (2015, p. 188), de que “as principais variáveis pelas quais a seletividade migratória expressa-se são a idade e o sexo”, e que tais características individuais interagem com fatores mais estruturais relacionados ao mercado de trabalho (Campos, 2015 apud.

Barbieri, 2005), na Tabela 4 apresenta-se informações sobre os vínculos empregatícios formais enquanto um indicador da inserção econômica de migrantes e não migrantes com mais de 14 anos²³, entre 1991 e 2010.

Primeiramente, observa-se que, apesar do crescimento do número absoluto de vínculos no setor primário ao longo das décadas (passando de 982 para 3.108), houve uma redução significativa, em termos proporcionais, no número de migrantes e não migrantes que trabalham em atividades agropecuárias: o setor primário empregava mais de 40% dos não migrantes e 31% dos migrantes em 1991 e, em 2010, essa proporção caiu para 18% e 8%, respectivamente.

Isto significa que nem em 1991 o setor primário era a forma predominante de emprego para os migrantes, ainda que, em 1986-1991, a área estava em momento de transição de um assentamento rural para se tornar um município emancipado. Ou seja, mesmo quando o movimento migratório ainda estava impulsionado pela procura por terras rurais, a população que chegou a Lucas dificilmente conseguia encontrar espaço para trabalhar no campo.

Por isso, os novos migrantes que chegavam à agrovila em que se desenvolveu o projeto de colonização buscando por um espaço no campo, mas sem ter recursos econômicos para se tornar um produtor e com dificuldades de encontrar emprego no setor rural, tinham basicamente três opções: 1) adaptar-se a vagas de emprego no espaço urbano; 2) continuar migrando para outras áreas de fronteira mais à frente; 3) voltar para a área de origem (CUNHA, 2002). Nesse sentido, os migrantes que permanecem em Lucas do Rio Verde em 1991, não tinham muitas alternativas para além da inserção laboral nas áreas urbanas.

Mas o que se nota é que, mesmo sem a possibilidade de inserção rural, os fluxos migratórios continuaram crescendo entre 1991 e 2000, e se acentuam entre 2000 e 2010. Fenômeno relacionado a expansão do número de vínculos empregatícios formais no município, que passaram de 2,7 mil para 3,7 mil, entre 1991 e 2000; e que quintuplicaram durante a década de 2000, chegando a mais de 23 mil vínculos em 2010. Destaca-se o setor de serviços que no período mais recente oferece em torno de 15 mil vínculos, sendo a forma predominante de ocupação de migrantes e não migrantes.

Todavia, aponta-se que a maior taxa de crescimento do número de vínculos é do setor secundário, que, entre 2000 e 2010, apresentou um incremento anual de 35%. Em 2010, há maior proporção de migrantes empregados nas agroindústrias, o que pode estar relacionado ao fato de que as mesmas vão para outros municípios do Mato Grosso e outros estados brasileiros para recrutar mão de obra. Camargo (2017) mostra que empregos que exigem ensino superior, como engenheiro de alimentos, são ocupados principalmente por pessoas que já se encontravam nesses cargos em empresas do Sudeste e Sul do país e são realocados para Lucas do Rio Verde. Enquanto que para

²³ Idade mínima para ingressar no mercado de trabalho como jovem aprendiz.

empregos que exigem um nível mais baixo de instrução formal, como operador de produção, trabalhadores são recrutados em outros municípios do Mato Grosso e dos estados do Norte e Nordeste do país, como Pará e Maranhão.

Tabela 4 – Distribuição dos vínculos empregatícios formais²⁴ entre migrantes e não migrantes, em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010.

1991						
Setor	Migrante		Não migrante		Total	
	n.	%	n.	%	N	%
Primário	411	31,07	571	40,41	982	35,89
Secundário	158	11,94	131	9,27	289	10,56
Terciário	754	56,99	711	50,32	1.465	53,55
Total	1.323	100	1.413	100	2.736	100
2000						
Setor	Migrante		Não migrante		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Primário	687	17,93	5.328	27,53	705	17,93
Secundário	207	5,4	4.167	21,53	212	5,40
Terciário	2.937	76,66	9.858	50,94	3.014	76,66
Total	3.831	100	19.353	100	3.931	100
2010						
Setor	Migrante		Não migrante		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Primário	1.061	8,72	2.047	18,79	3.108	13,48
Secundário	3.284	26,99	1.037	9,52	4.321	18,74
Terciário	7.823	64,29	7.810	71,69	15.633	67,79
Total	12.168	100	10.894	100	23.062	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; 2000; 2010).

Nota: Os dados são de 31 de dezembro do ano indicado.

Assim, de uma forma geral, os dados de 1991 mostram que os migrantes que ainda tinham como intuito a área rural, por não conseguir se inserir ali, tiveram de se adequar as oportunidades de emprego no núcleo urbano. Já os dados dos censos subsequentes sugerem que os migrantes já buscavam, em sua maioria, pela inclusão urbana. Entre 1991-2000, os fatores de atração podem ser

²⁴ Segundo os dados do IBGE (Censo Demográfico 1991 e 2010), nas últimas décadas o índice de formalidade do mercado de trabalho cresceu em Lucas do Rio Verde, passando de 58%, em 1991, para 84%, em 2010.

expressos pelo desenvolvimento econômico advindo da força do agronegócio e pela presença de uma importante rodovia federal, a BR-163, que facilita a locomoção de pessoas e mercadorias.

Contudo, nota-se que é na década de 2000 que o crescimento populacional realmente se intensifica, pois é quando há a verticalização produtiva com a introdução de agroindústrias, que são demandantes de mão de obra. Com essa nova dinâmica há desenvolvimento do núcleo urbano, que demonstra expressivo aumento dos vínculos empregatícios nos setores industrial e de serviços. Portanto, essa inovação materializada na integração das cadeias de grãos e carne traz transformações substantivas nas características da força de trabalho no município, as quais se expressam na intensificação dos fluxos populacionais, como também na intensificação das alterações no perfil dos migrantes, através do aumento da migração individual de homens jovens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente artigo foi analisar as relações entre a proposta de desenvolvimento econômico ancorada nas políticas de integração nacional e as transformações nas tendências demográficas, a partir do olhar pormenorizado de um estudo de caso. A escolha de Lucas do Rio Verde como objeto de estudo decorre do fato de o município ser um caso exemplar da fase urbanizada da fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que traz especificidade por se tratar do único Projeto Especial de Assentamento no Mato Grosso.

Um dos elementos ressaltados foi o papel do Estado nesse contexto, pela elaboração de ações que organizaram a expansão da fronteira agrícola e demográfica no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Observa-se também que apesar do discurso oficial propor que a reocupação dessas áreas realizaria a inclusão social dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, as ações favoreceram o grande capital, as formas tradicionais de atividade agrícola, e o desenvolvimento e o inchamento de novos núcleos urbanos.

Foi possível demonstrar que a migração é o componente central na teoria da fronteira agrícola e na composição das políticas de integração nacional. Nesse sentido, destaca-se a importância das rodovias federais para a ocupação das regiões, especialmente em sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos, como é o caso da BR-163 para Lucas do Rio Verde.

Entende-se ainda que a formação do urbano na fronteira está associada ao êxodo rural, sobretudo, ao não estabelecimento de condições socioeconômicas para que os colonos permanecessem no rural. Isto é, os projetos de colonização, como foi a Gleba Lucas do Rio Verde, inicialmente simbolizavam para os migrantes uma fonte de esperança da inclusão no campo, mas devido aos “fatores de mudança” (SINGER, 1972), e/ou ao contexto denominado de “modernização conservadora” (MARTINE; GARCIA, 1987), essa esperança não se concretizou para todos os

interessados. E com a dificuldade de inserção de migrantes sem capital na área rural, o núcleo urbano se tornou a única opção.

Todavia, nota-se que mesmo com o fechamento dessa fronteira agrícola e da concentração fundiária, a migração continuou a se intensificar em Lucas do Rio Verde. De modo que a verticalização produtiva, efetuada na década de 2000, foi essencial para o crescimento populacional, pois o complexo grãos-carne se mostra altamente demandante de mão de obra. Sendo que as transformações socioeconômicas repercutiram também em alterações no perfil migratório, em que se nota seletividade migratória por sexo e idade. Em 2010, a pirâmide migratória denota concentração de pessoas entre 20 e 30 anos, principalmente, do sexo masculino, que estão alocados, em sua maioria, em atividades dos setores industriais e de serviços.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L.; JOANONI NETO, V. Os projetos de colonização no estado de Mato Grosso após 1970. In. SOUZA, E. A. (Org.) **Desenvolvimento regional: história, economia e meio ambiente**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.
- BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 24, n. 2, p. 225-246, 2007.
- BERTHA, B. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 47, p. 357-371, 1985.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, n. 25, p. 5-26, 2008.
- CAMARGO, K. C. M. **Dinâmica demográfica e transformação econômica recente no Mato Grosso**. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- CAMPOS, C. S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta (RS)**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CAMPOS, M. B. Seletividade e Migração. In. ENCE. **População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: ENCE, 2015.
- CARMO, R. L.; CAMARGO, K. Dinâmica demográfica brasileira recente: padrões regionais de diferenciação. **Texto para Discussão (TD)**, Brasília: IPEA, v. 1, n. 2415, 2018.

CARPENEDO, V. T. F. **Lucas do Rio Verde 30 anos: uma construção coletiva.** Prefeitura de Lucas do Rio Verde: Lucas do Rio Verde, agosto de 2018. 208p.

CASTLES, S. MILLER, M. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World.** London: Macmillan, 1998. 401p.

CUNHA, J. M. P. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação.** Campinas, NEPO/UNICAMP, 2002. 169p.

DINIZ, A. M. A migração e evolução da fronteira agrícola. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 13., 2002. Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 1-26.

DŁUŻNIEWSKI, L. **Do Cerrado estéril nasce uma terra de oportunidades.** Lucas do Rio Verde: Gráfica Regente, 2006. 54p.

GALVÃO, J. A. Colonização e cidades em Mato Grosso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 28., 2013, Natal. **Anais...** Natal: 2013. p. 22-26.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina.** São Paulo: Mestre Jou, 1974. 261p.

GUIMARÃES, E. LEME, H. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. (Org.), **Migração e ambiente no Centro-Oeste.** Campinas: NEPO/UNICAMP; PRONEX, 2002.

IBGE. **Malhas digitais 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Censos Demográficos 1950-2010.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 1989 a 2018.** Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **Produto Pecuária Municipal 1989 a 2018.** Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995.** Rio de Janeiro, 1995.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro, 2017.

INCRA. **Base de dados do Departamento de Assentamento** — DP. Brasília, 2001.

JOANONI NETO, V. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 16, p. 186-206, 2014.

JOANONI NETO, V. **Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970.** Mato Grosso: EdUFMT, 2007. 256p.

MARTINE, G. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral.** Brasília: ISPN, 1992. 27p.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, p. 99-124, 1987.

MARTINS, J. S. **Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 188p.

MARTINS, J. S. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 134p.

MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. **Population Index**, v. 1, n. 56, p. 3-26, 1990.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**, textos selecionados. Fortaleza: BNB/ENTENE, p. 25-88, 1885.

REGO, R. L. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 1, p. 89, 2015.

ROCHA, B. N. “**A trama do drama**”: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT. 2010. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

ROCHA, B. Posse de Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970–1980). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA. 13., 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 1-11.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1972.

SOUZA, E. A. Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica. Estado e políticas públicas. **Tempos Históricos**, v. 16, n. 2, p. 127-144, 2012.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (org.), **Migração interna**, textos selecionados. Fortaleza: BNB/ENTENE, p.145-172, 1969.

VOLOCHKO, D. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 18-38, 2013.

ZART, L. L. **Desencanto da nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80.** 1998. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.